

ATA NÚMERO CENTO E TREZE

Em quatro de junho de dois mil e treze, cerca das onze horas, a Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número cinco do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:

- Efetivos

Ramos Preto (PS); António Prôa (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); José Junqueiro (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto (BE); Heloísa Apolónia (PEV)

- Suplentes

Acácio Pinto (PS); Idália Serrão (PS); Nuno André Figueiredo (PS); Orísia Roque (CDS-PP); Paula Santos (PCP).

Faltas

Carlos Abreu Amorim (PSD).

Após a verificação do quórum, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Audição dos Subscritores do Projeto de Lei n.º 368/XII/2.ª-ILC “Proteção dos direitos individuais e comuns à Água”
- 2 - Projetos de Resolução
- Apreciação conjunta
 - PJR 78/XII-BE “Recomenda a suspensão e revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do sudoeste alentejano e Costa Vicentina”;
 - PJR n.º 92/XII-PCP “Recomenda ao Governo a revisão, com carácter de urgência, do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”;
 - PJR n.º 427/XII-PSD/CDS-PP “Recomenda ao Governo que avalie a necessidade de corrigir deficiências detetadas no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”
- PJR n.º 734/XII-PSD “Recomenda ao Governo que desenvolva uma estratégia concertada no sentido de que o Parque Nacional da Peneda-Gerês mantenha a sua integridade e possa desempenhar uma função de servir a humanidade assegurando um espaço paisagístico em que o Homem e a Natureza se integram harmoniosamente”
- 3 - Requerimento do GP do PS para Audições sobre o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina - Apreciação e deliberação;
- 4 - Petição - Relatório Final
123/XII-1ª “Pretendem que a Assembleia da República inste o Governo a desencadear os estudos, calendarização e promoção dos trabalhos necessários à mitigação dos problemas de várias ordens que assolam a Ria Formosa” - Relator: Dep. Cristóvão Norte (PSD)
- 5 - Iniciativas Europeias
 - COM (2013) 239 - Relatora: Dep Emília Santos (PSD) - Parecer
 - COM (2013) 246 - Relator: Dep Pedro Farmhouse (PS) - Parecer
- 6 - Iniciativas Legislativas - Distribuição:

- PJI 418/XII-PCP “4ª Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro que estabelece o Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, prorrogando o prazo de aplicação da Lei”
- PJI 420/XII-PS “Alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Mombeja, e, de Ferreira do Alentejo, e, os Municípios de Beja, e, de Ferreira do Alentejo”
- PJI 421/XII-PS “Alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Beringel e Mombeja, do Município de Beja”
- PJI 422/XII-BE “Defende os serviços públicos e os postos de trabalho afetos à atividade empresarial local e das participações locais primeira alteração à Lei 50/2012, de 31 de agosto, que institui o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais”

7 - Outros Assuntos.

1 - AUDIÇÃO DOS SUBSCRITORES DO PROJETO DE LEI N.º 368/XII/2.ª-ILC “Proteção dos direitos individuais e comuns à Água”

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na ar@net em Serviços-DRAA-Canal Parlamento-Arquivo-Comissões-CAOTPL (20130604) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130604caotpl.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS), após referir, designadamente, a obrigatoriedade legal desta audição no âmbito do processo legislativo desta Iniciativa Legislativa de Cidadãos, deu a palavra à Comissão Representativa de Cidadãos subscritores do PJI nº 368/XII/2ª, a qual integrava os seguintes elementos: Maria Luisa Tovar, Francisco Santos Braz, José Alfredo Matos, Vítor Pedro Silva, Manuel Ferreira Vieira, Libério Violante Domingues, José Miranda Correia, Miguel Pedro Vidigal e Jorge Manuel Fael.

Assim, em nome da referida Comissão Representativa de Cidadãos, o Senhor Francisco Santos Braz começou por informar que o total de assinaturas da ILC aumentara de 43603, à data da entrega formal da mesma - 28.fev.13, para 44638, nesta data e fez uma intervenção inicial, com base em documento escrito, que foi entregue à Comissão e no qual, em síntese, se apresentava a fundamentação do articulado da iniciativa legislativa em causa.

Em seguida, o Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD), a Senhora Deputada Eurídice Pereira (PS), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) e a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV).

Depois, em nome da Comissão Representativa de Cidadãos subscritores do PJI nº 368/XII/2ª, usaram da palavra os Senhores Jorge Fael, Dr. Miguel Vidigal, Maria Luisa Tovar e Francisco Santos Braz, para se pronunciarem acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída esta audição, eram cerca das doze horas e trinta minutos.

2 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

- APRECIACÃO CONJUNTA

- PJR 78/XII-BE “Recomenda a suspensão e revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural do sudoeste alentejano e Costa Vicentina”;

- PJR nº 92/XII-PCP “Recomenda ao Governo a revisão, com carácter de urgência, do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”;
- PJR nº 427/XII-PSD/CDS-PP “Recomenda ao Governo que avalie a necessidade de corrigir deficiências detetadas no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina”

Procedeu-se à discussão conjunta destes três projetos de resolução, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD), o Senhor Deputado Miguel Freitas (PS), o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) e a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV), nos termos da Informação em anexo à presente ata, da qual faz parte integrante.

- PJR nº 734/XII-PSD “Recomenda ao Governo que desenvolva uma estratégia concertada no sentido de que o Parque Nacional da Peneda-Gerês mantenha a sua integridade e possa desempenhar uma função de servir a humanidade assegurando um espaço paisagístico em que o Homem e a Natureza se integram harmoniosamente”

O GP do PSD comunicou que pretendia que a discussão desta iniciativa fosse realizada em reunião plenária da A.R.

3 - REQUERIMENTO DO GP DO PS PARA AUDIÇÕES SOBRE O PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DO SUDOESTE ALENTEJANO E COSTA VICENTINA - Apreciação e deliberação

Este requerimento foi apresentado pelo Senhor Deputado Miguel Freitas (PS), tendo também usado da palavra os Senhores Deputado Artur Rêgo (CDS-PP), Deputado Cristóvão Norte (PSD) e Deputado Paulo Sá (PCP).

Na sequência, procedeu-se à respetiva votação, tendo o requerimento sido rejeitado por maioria, com votos a favor do PS, PCP e BE e contra do PSD e CDS-PP, estando ausente o PEV.

4 - RELATÓRIO FINAL SOBRE A PETIÇÃO Nº123/XII-1ª “ Pretendem que a Assembleia da República inste o governo a desencadear os estudos, calendarização e promoção dos trabalhos necessários à mitigação dos problemas de várias ordens que assolam a Ria Formosa”

O respetivo Relator, Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) apresentou este relatório, da sua autoria, tendo ainda usado da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

Na sequência, este documento foi aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.

5 - INICIATIVAS EUROPEIAS

- COM (2013) 239 “Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre a aceitação da alteração dos artigos 25.º e 26.º da Convenção relativa à Proteção e Utilização dos Cursos de Água Transfronteiras e dos Lagos Internacionais”

A Relatora, Senhora Deputada Emília Santos (PSD) apresentou este relatório, da sua autoria, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.

- COM (2013) 246 [Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento

Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho]

O Relator, Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) apresentou este relatório, da sua autoria, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, estando ausente o PEV.

6 - DISTRIBUIÇÃO DE INICIATIVAS LEGISLATIVAS:

- PJL 418/XII-PCP "4ª Alteração à Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro que estabelece o Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, prorrogando o prazo de aplicação da Lei" - Relator coube ao GP do PSD;
- PJL 420/XII-PS "Alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Mombeja, e, de Ferreira do Alentejo, e, os Municípios de Beja, e, de Ferreira do Alentejo" - Relator coube ao GP do PSD
- PJL 421/XII-PS "Alteração dos limites territoriais entre as Freguesias de Beringel e Mombeja, do Município de Beja" - Relator coube ao GP do CDS/PP;
- PJL 422/XII-BE "Defende os serviços públicos e os postos de trabalho afetos à atividade empresarial local e das participações locais primeira alteração à Lei 50/2012, de 31 de agosto, que institui o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais" - Relator coube ao GP do PS;

Os referidos grupos parlamentares ficaram de proceder à indicação posterior dos respetivos Senhores Deputados para Relatores destas iniciativas legislativas.

- Proposta de Lei n.º 151/XII/2.ª (GOV) "Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2013, aprovada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro"

O Senhor Presidente da Comissão informou que, no âmbito da apreciação desta iniciativa, na generalidade, a qual baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), e tendo em consideração as matérias dela constantes, o Presidente da COFAP enviara uma mensagem convidando a CAOTPL a emitir uma pronúncia sobre esta proposta de lei, no âmbito das competências que lhe estão adstritas, até ao próximo dia 6 de junho.

Na sequência e verificado o consenso da Comissão no sentido de que tal pronúncia fosse feita, a referida iniciativa legislativa coube ao GP do PSD, que ficou de indicar posteriormente o respetivo Relator.

7 - OUTROS ASSUNTOS

- Calendário de atividades da CAOTPL

O Senhor Presidente da Comissão procedeu ao ponto da situação das próximas atividades da Comissão previstas para o corrente mês de junho, tendo, designadamente, apresentado proposta de calendarização das audições a realizar no âmbito da apreciação da PPL n.º 140/XII/2ª-GOV "Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional."

Sob proposta do Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD), verificou-se consenso dos grupos parlamentares presentes no sentido de as referidas audições serem oportunamente agendadas.

- PPL n.º 122/XII-GOV "Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais" - apresentação de propostas



A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) suscitou a questão de estar prevista a apresentação de propostas sobre esta iniciativa legislativa até 7 do corrente mês (deliberado na reunião da CAOTPL de 21.mai.13).

Na sequência, o Senhor Presidente da Comissão ficou de proceder à reavaliação dessa decisão junto dos Coordenadores dos Grupos Parlamentares.

- Petições apreciadas na CAOTPL e discutidas na reunião plenária da A.R. de 31.mai.13

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) suscitou a questão da forma como cidadãos presentes na galeria de convidados da sala do plenário da A.R. tinham, no dia 31 de maio último, interferido na discussão de um conjunto de petições (nº 206/XI/2ª, nº 220/XII/2ª, nº 226/XII/2ª, nº 231/XII/2ª, nº 233/XII/2ª e nº 234/XII/2ª, todas objeto de Relatórios Finais da CAOTPL) e se o convite para tais cidadãos assistirem a essa reunião havia sido feito por esta Comissão, tendo ainda usado da palavra a Senhora Deputada Paula Santos (PCP).

O Senhor Presidente da Comissão referiu que nos casos citados bem como em todas as petições apreciadas na CAOTPL e de acordo com o disposto na respetiva lei, findo o exame de cada petição e elaborado o relatório final este é enviado à Presidente da Assembleia da República, contendo a providências julgadas adequadas, não se realizando qualquer outro procedimento.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado António Ramos Preto (PS) deu por finda esta reunião, eram cerca das catorze horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Comissão,

António Ramos Preto

JF/